

MAURO SANTAYANA

O Congresso na encruzilhada

Galileu e Tancredo viveram em tempos distanciados, mas os acautelava o mesmo ceticismo. O recenseador de astros e soltador de prumos disse que muita sabedoria às vezes quer dizer muita loucura. Tancredo, menos renascentista e mais pragmático, reduz a equação ética, ao dizer, como dizia, que a esperteza, quando é muita, come o dono. É difícil saber, no conjunto do governo, onde começa e acaba a sabedoria, onde começa e acabar a esperteza. O real, tal como concebido, foi ato de sabedoria ou ato de esperteza? Criaram-no para vencer a inflação ou para dar lastro a uma candidatura presidencial?

O real, conforme já lembramos, neste espaço, não passa de cópia, pura e simples, da reforma monetária alemã do início dos anos 20, ato de que se orgulhou um dos copiadores. Como se trata de um técnico, ele viu o processo, mas não viu as suas consequências sociais e políticas que, espalhando a miséria, trouxeram a agitação política, o suicídio da República de Weimar, o nazismo e a guerra. Há, ainda, uma diferença: os juros pagos pelo Tesouro da República de Weimar, e que sustentaram por algum tempo o Reischsmark, eram bem menores do que os oferecidos, todos os dias, pelo Banco Central na mesa do mercado de capitais, a fim de manter a artificialidade do câmbio.

Ao optar pela receita de Washington, o governo se meteu em grande enrascada. Seu desempenho depende da estabilidade monetária. A estabilidade monetária depende de reservas cambiais. As reservas cambiais dependem dos juros altos, que atraem para o nosso país os dólares voláteis do mercado internacional. Os juros altos impedem a produção de bens reais. As importações corroem as reservas. A indústria nacional, sem conseguir vender, demite empregados. Os pequenos e médios empresários fecham as portas. Os trabalhadores dispensados não consomem, o que ajuda o desmantelamento do parque industrial. Sem produção e sem consumo, tampouco há geração de impostos. Sem tributos, os governos estaduais e os municípios entram em coma, enquanto sua dívida junto ao Tesouro se multiplica, por causa dos juros altos, e a União é obrigada a reduzir os investimentos e o custeio da administração do Estado. Com isso ruem as instituições, desaba a confiança dos cidadãos, a sociedade perde as suas referências políticas e morais.

O balanço, provisório, da insensatez já é de domínio público: a dívida mobiliária federal (falsamente considerada dívida interna, uma vez que se relaciona com os dólares captados no exterior, para sustentar a ilusão das divisas) trip-

licou nestes meses de governo. A situação é tão preocupante que o Banco Central não tem publicado regularmente seus balancetes, pelos quais o mercado de capitais balisa o seu comportamento. Um dia teremos que pagar essa dívida, que se soma à outra, mais antiga, para a qual obtivemos certo desafogo anterior. Enquanto isso, o governo está como o jogador que, ao perder sucessivamente, sucessivamente vai comprando mais fichas, com ágio cada vez mais alto, na ilusão de que a sorte pode virar. Ou mesmo sem essa ilusão, porque o que importa não é ganhar, mas continuar no jogo do poder.

Os que jogam, jogam com cacife alheio, ou seja, com o dinheiro e a responsabilidade futura de todo o povo brasileiro, e, em cada ficha comprada, alguém leva o seu *spread*, embutido nos juros a cada dia mais altos. Por isso, enquanto pais de família desempregados suicidam-se,

conforme registram diariamente os jornais, há quem funde novos bancos para operar em CC-5.

Nesta altura, muitos dos componentes do governo já sabem que não há saída para a política econômica. A partir dessa dura conclusão, os mais espertos aumentam a pressão sobre o Congresso. Já não se trata de realizar as reformas que, equivocadas ou não, se explicavam como necessárias à sustentação do Plano Real, mas de encontrar culpados para o pandemônio que se espera. Os líderes dos partidos são chamados a Palácio e advertidos de que, se não aprovarem tudo o que o governo quer, virá o apocalipse.

Chegará o dia em que o Congresso será obrigado a dizer não. Quando isso ocorrer, o governo (já há sinais disso) dirá que o Plano fracassou porque o Congresso não cumpriu o seu dever de dizer *amém* ao que determinava a equipe econômica. Se os homens sérios do Parlamento não reagirem, eles serão responsabilizados; não por negarem as medidas pedidas pelo governo, e sim por aprová-las.

No grupo do governo há insensatos de todos os matizes, e entre eles os que acreditam que a sorte pode virar, como mudam de rumo os ventos do verão. Entre esses, há os que apostam na tese da reeleição. O próprio presidente, por mais a negue, sempre sorri, embalado, quando alguém lhe fala nessa possibilidade. São muitos os que só falam nisso, como antes, ao

planejar o real, só pensavam na eleição. Acreditam que o funambulismo pode continuar por mais três anos, quando teremos sorte se a corda não arrebentar antes de seis meses. Enquanto o saco de milho estiver no preço que está e, por isso mesmo, houver frango na mesa do pequeno assalariado, e — ainda que pouca — sobra gordura da poupança da classe média a ser gasta, o governo manterá a miragem do apoio popular e usará essa ilusão nas pressões contra o Congresso. Daqui a alguns meses, juntas ou uma depois da outra, virão as consequências da ilusão *weimeriana*, e queira Deus que não da mesma forma que ocorreu na Alemanha.

Se o governo baixar as taxas de juros, os especuladores retirarão imediatamente os seus dólares do mercado brasileiro, levando-os para o Golfo do México; se o governo mantiver as taxas de juros altas, chegará o momento em que a dívida estará de tal tamanho que os investidores estrangeiros, previdosos, darão o fora. Essas falsas reservas nos rendem menos de 5% ao ano no exterior e, para mantê-las, os juros pagos pelo governo chegam a 37% reais ao ano, comprometendo mais de 60% da receita tributária da União. Os equívocos da política agrícola gerarão os seus efeitos, com a redução da próxima safra, e os preços dos alimentos terão que se elevar, por falta de oferta. E o desespero levará às ruas milhões de pais de família — sem ferramentas nas mãos, como irão usá-las?

Quando as pessoas elegeram este governo, fizeram-no para que assegurasse o bem-estar do maior número de pessoas, com o desenvolvimento econômico, a criação de empregos, a elevação dos salários, a promoção humana de todos à vida digna, por meio da educação e da saúde. Os eleitores

mais conscientes pensam também na soberania nacional, na tranquilidade das ruas, na proteção aos bens adquiridos com o trabalho e a diligência empresarial dos que arriscam os seus cabedais na atividade produtiva. O atual governo não foi eleito para fechar fábricas, escolas e hospitais, fazer a recessão, aumentar a dívida externa em troca de nada; doar o patrimônio público e levar o pânico às ruas, ao transformar, com a crise, policiais em bandidos. Da mesma maneira, ninguém, de bom senso, votou em seu deputado para agachar-se e aprovar tudo o que o presidente manda, em troca de almoços e jantares com sua excelência e seus cortesãos. E em troca de algumas vantagens pessoais, é claro. Felizmente, cresce, no Parlamento, o núcleo dos que se dispõem a resistir contra tanto *saber* e tanta esperteza.

Mauro Santayana é jornalista

